



RELATÓRIO EXECUTIVO INSTITUCIONAL



2022

Sumário



Apresentação, 5

Estratégia de Gênero, 8



1. Gestão Institucional, 11

2. Comunicação, 20

3. Proteção Territorial, 24

4. Formação dos AAFIs, 29

5. Segurança Alimentar, 30

6. Gestão Integrada, 37

7. Incidência Política, 41

8. Fortalecimento das Organizações Indígenas, 45

9. Clima, 48





Siglas



AAFIs | Agentes Agroflorestais Indígenas

ACP | Ação Civil Pública

CEVA | Comissão de Validação e Acompanhamento

CPI-Acre | Comissão Pró-Índio do Acre

CTI | Câmara Temática Indígena

FUNAI | Fundação Nacional dos Povos Indígenas

ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MPF | Ministério Público Federal

PGTA | Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI | Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

Resex | Reserva Extrativista

SEMAPI | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas

SISA | Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais

TI | Terra Indígena

WWF-Brasil | Fundo Mundial para a Natureza



Foto: Isabel Aquino

APRESENTAÇÃO



Apesar do peso do quadriênio 2019 a 2022, tivemos fôlego e levamos em frente o trabalho em 2022 com os povos indígenas, pela defesa e manutenção de seus direitos. No Acre, ficou marcado o aumento histórico no desmatamento, das queimadas e da violência em geral. No Brasil, as ofensivas oficiais contra os povos indígenas. Ano de duras perdas. Vivemos o luto pelo covarde e brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. Caímos, mas levantamos para continuar e reconstruir, fio a fio, o Acre, a Amazônia e o Brasil do Século XXI. Como diz a poeta acreana Francis Meyre, por aqui plantam-se corações e nascem lutas dessas plantações. Foram dois corações plantados nas águas do Vale do Javari, dos quais brotaram lutas.

Ano de eleições gerais e o caminho civilizado para reverter esse cenário foi trabalhar ainda mais para defender a democracia e o que ela representa. As urnas poderiam trazer de volta, e trouxeram, a institucionalidade do país, então arrasado em todos os aspectos.

Em equipe, em parcerias, com encontros, conversas, trocas, aconselhamentos com indígenas, conselheira/os e colaboradoras/es, realizamos as atividades, identificamos desafios, que agora apresentamos neste Relatório Executivo. Junto com a AMAAIAC realizamos cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI); cursos e oficinas com grupos de monitoras e monitores indígenas responsáveis pelas excursões de vigilância e monitoramento territorial comunitário, com atenção ao monitoramento dos povos indígenas em isolamento voluntário. No enfrentamento da emergência climática, apontamos a fragilidade da governança do SISA, que

teve reflexo em projetos e financiamentos climáticos para o Acre. Concluímos o diagnóstico socioambiental das terras indígenas na abrangência do Projeto Aliança; ampliamos a formação de jovens comunicadores indígenas. A articulação de um conjunto de Ongs e organizações locais resultou na instauração de uma Ação Civil Pública, apontando os riscos da abertura de uma estrada no Alto Juruá, que pretende ligar Cruzeiro do Sul (Brasil) a Pucallpa (Peru). Nos territórios, ampliamos a comunicação nas aldeias com a instalação de novos pontos de internet e manutenção das redes.

Em dezembro de 2022, em plena atividade de curso de formação dos AAFI, tivemos pela 1ª vez um alto contágio da Covid no Centro de Formação dos Povos da Floresta. Graças à vacina, às medicinas tradicionais, aos protocolos sanitários, à fundamental e qualificada parceria com a CASAI de Rio Branco, do DSEI Alto Rio Purus, a situação se manteve sob controle e as aulas seguiram, com participantes e equipe todo tempo em segurança.

A vida institucional é também lidar com desafios e buscar respostas rápidas. A breve apresentação é apenas para aquecer a leitura do Relatório. O que esperamos é que além de cumprir sua função regimental, o documento provoque reflexões que venham se transformar em sugestões e recomendações para superar os desafios, para o crescimento e qualificação da CPI-Acre em sua missão junto aos povos indígenas.

Vera Olinda Sena de Paiva
Coordenadora Executiva da CPI-Acre



MISSÃO INSTITUCIONAL

Apoiar os povos indígenas que vivem no Acre em suas lutas pela conquista e exercício dos seus direitos coletivos: territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais, por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas.



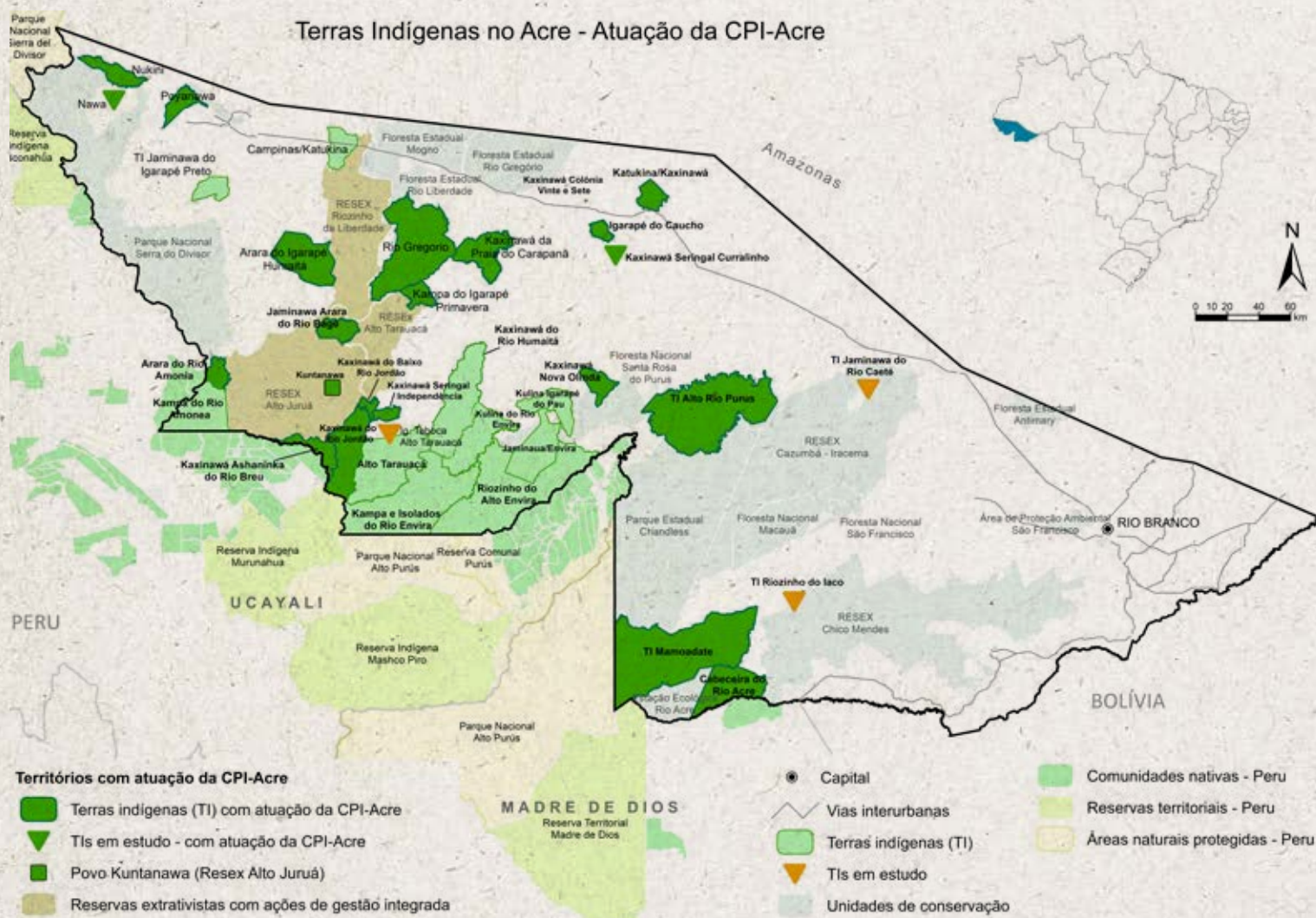
ONDE ATUAMOS

A CPI-Acre tem parceria, em diferentes áreas de trabalho, com

13 povos indígenas:

Huni Kuĩ (Kaxinawa) | Yawanawa | Puyanawa | Noke Ko'í (Katukina) | Nukini | Nawa | Manxineru | Jaminawa Arara | Jaminawa | Shanenawa | Shawãdawa | Apolima Arara | Ashaninka

pertencentes a **21 das 35 Terras Indígenas do Acre.**



ESTRATÉGIA DE GÊNERO



I Encontro sobre Clima, Participação Social e Salvaguardas Socioambientais do Acre.
Foto: Valéria Santana/CPI-Acre

A nova estratégia de gênero inclui ações e diferentes espaços para o empoderamento político das mulheres indígenas e o apoio para suas atividades nas aldeias e nos espaços de governança de projetos. Discutir com as mulheres e os homens sobre esse empoderamento e a relevância da participação das mulheres foi também uma importante atividade do ano.

Por ser uma agenda transversal o trabalho principal foi a adoção de medidas de inclusão e criar vagas ("cotas") para a participação de mulheres nas atividades dos projetos que mantêm os principais componentes dos programas e setores da CPI-Acre, entre as quais: a promoção da participação de mulheres nas reuniões sobre clima; nas formações e fortalecimento de lideranças; mulheres na formação de jovens comunicadores; encorajar e apoiar as indicações e escolhas para que mulheres sejam indicadas para a formação de agente agroflorestal indígena, bem como a formação para que assumam funções nas diretorias das associações. Também organizar reuniões e espaços próprios de discussões sobre equidade de gênero; aconselhamento e sensibilização das lideranças indígenas para que incluam, respeitem e apoiem as mulheres nas atividades nas terras indígenas.



Foto: Valéria Santana/CPI-Acre



Foto: Natana Nukini

Em 2022 foram realizadas 4 oficinas e 4 reuniões comunitárias sobre segurança alimentar, clima e artesanato com grupos específicos de mulheres nas TI Rio Jordão; TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu; TI Arara do Igarapé Humaitá; TI Jaminawa Arara do Rio Bagé; TI Nukini; TI Kaxinawa do Rio Humaitá. Também a parceria com a Sitoakore e coletivos/grupos de mulheres nos territórios foi ampliada, por meio de troca de informações, apoio financeiro, institucional e político para que desenvolvessem algumas atividades.

O **desafio** ainda é discutir e "enraizar" com homens e mulheres nas terras indígenas o entendimento de que empoderar as mulheres, apoiar seus trabalhos nas comunidades e ampliar sua participação em espaços externos, majoritariamente ocupado por homens, não é uma ameaça a eles, mas atende o que elas colocam e que são novas demandas da vida atual. Outro **desafio** é buscar apoio contínuo para fortalecer espaços, voz, escuta e atividades específicas de mulheres que carecem de tempo e de efetividade para assegurar a equidade de gênero.



GESTÃO INSTITUCIONAL



Oficina de Planejamento Estratégico.
Foto: Valéria Santana/CPI-Acre

1.1 CAPTAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA



	Projeto	Doadores	Vigência	Valor
01	Corredor Socioambiental Alto Juruá-Purus: Conservação de Florestas e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais.	Rainforest Foundation Norway – RFN	01/01/ a 31/12/2022	1.401.992,30
02	Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas no Acre.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	01/01 a 31/12/2022	1.861.672,79
03	Aliança entre povos Indígenas e Extrativistas Pelas Florestas do Acre.	Rainforest Foundation Norway - RFN	01/01 a 31/12/2022	1.470.461,61
04	Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas para a Gestão Territorial e Ambiental no Acre.	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Políticas Indígenas - SEMAPI	18/11 a 18/06/2022	321.780,00
05	Instrução Técnica do Processo de Registro dos Kenê Kuĩ, grafismos do povo Huni Kuĩ.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	08/02/2022 a 08/09/2022	300.000,00
06	Apoio de comunidades Indígenas do Acre no Aprimoramento de sua Capacidade de Monitoramento territorial.	Contrato de Parceria Técnico - Financeira CPT 2391/2021 – WWF-Brasil	06/01/2021 a 30/06/2022	140.888,31
07	Reconectando Alianças entre os Povos da Floresta no Acre	Doações de terceiros		260.367,08
08	Segurança Alimentar e Biodiversidade e Artes em Terras Indígenas no Acre	Doações de terceiros		440.649,00
09	Segurança Alimentar e Ambiental em Comunidades da Fronteira do Acre/Ucayali	Manos Unidas – Convênio de Cooperação BRA -76214	28/12/2021 a 28/12/2022	147.235,51
10	Participação Indígena na Política Rodoviária da Bacia do Juruá	NIA TERO	11/08/2021 a 31/10/2022	135.935,00

	Projeto	Doadores	Vigência	Valor
11	Ferramentas de Monitoramento para apoiar as ações de Proteção e Governança Territorial, modos de vida dos povos Indígenas do Estado do Acre.	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	17/11/2021 a 15/08/2022	39.683,40
12	Proteção Povos Indígenas e Tradicionais no Brasil	WWF – Brasil - Bengo	01/12/2021 a 31/12/ 2022	852.598,21
13	Manejo do Fogo e Combate e Prevenção a Incêndios Florestais em Terras Indígenas no Acre	MANAGEMENT AND ENGINEERING TEC - METI	01/09/2021 a 01/09/2022	174.354,63
14	Destravando e alavancando o desenvolvimento de baixas emissão	Fundação Amazonia Sustentável -FAS	20/06 a 28/02/2023	53.559,00
15	Outras receitas (doações e locações do CFPF)		01/01 a 31/12/2022	64.320,00
			Total Geral	7.665.496,84



1.2 PLANEJAMENTO OPERACIONAL



Realizado em fevereiro de 2022, o objetivo foi integrar as áreas, setores e programas e facilitar a execução das atividades com foco no olhar para as transversalidades e pactuações.

O Planejamento foi realizado online e teve como resultado a planilha operacional com as atividades dos programas e setores, identificando os projetos de cada área, com atenção ao objetivo citado (integração e transversalidade). Discutiu-se o monitoramento das ações e foi organizada a ferramenta para monitorar as atividades.



IMPACTOS

Sinergia e maior integração entre as áreas, setores e programas.

1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Oficina de Planejamento Estratégico realizado no CFPF. Foto: Valéria Santana/CPI-Acre

O planejamento foi construído ao longo de 2022, por meio de atividades remotas (entrevistas, reuniões e diagnóstico) e de uma oficina presencial de planejamento, realizada em Rio Branco, nos dias 19 e 21 de novembro de 2022, que contou com a participação de toda a equipe, colaboradores indígenas e membros dos Conselhos Diretor e Fiscal da CPI-Acre.

O Planejamento foi mediado pelo consultor Luciano Padrão e abrange o período de 2023 a 2026. Dimensionou o trabalho programático e desenvolvimento institucional, considerando os alcances do ciclo trienal anterior (2019-2021) e com base na construção de uma visão compartilhada sobre os desafios, potenciais, prioridades e estratégias futuras.

PAUTAS IMPORTANTES
PARA A CPI-ACRE

Articulação
regional

Juventude
indígena

Gestão
territorial e
ambiental

Comunicação
externa

Fortalecimento
de organizações
indígenas

Agenda
climática e
controle
social

Monitoramento
e proteção
territorial

Geração de
renda e economia
indígena

Narcotráfico,
violência e
segurança

Crise climática:
adaptação e
mitigação

Conexões
com o entorno

Educação
escolar
indígena

Culturas
e línguas
indígenas

Segurança
alimentar e
nutricional

Fundo
indígena /
territorial

Centro
de formação
de povos da
floresta

CDPI

Mulheres
indígenas:
gênero, direitos e
protagonismo

Direitos
indígenas

Articulação
transfronteiriça

Incidência
em políticas
públicas



VISÃO DE IMPACTO



CPI-Acre se fortalece institucionalmente e amplia suas contribuições à gestão e proteção territorial, fortalecendo a organização e articulação dos povos indígenas em aliança com os povos da floresta para a garantia de políticas e direitos indígenas e o avanço da equidade de gênero.

Para a realização dessa visão, foram definidos cinco Eixos Estratégicos que serão os principais direcionadores do trabalho da CPI-Acre nos próximos anos.

EIXOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS PARA O CICLO 2023-2026:



- 1. Gestão e Proteção Territorial e Ambiental Integrada**
- 2. Direitos, Políticas e Clima**
- 3. Gênero, Mulheres e Jovens**
- 4. Centro de Formação dos Povos da Floresta**
- 5. Fortalecimento Institucional da CPI-Acre**

IMPACTOS

- Manter o trabalho frente às reais demandas das comunidades em diferentes dimensões: política, técnica, financeira e institucional.
- Definição dos eixos estratégicos e principais metas a serem alcançadas até 2026.

1.4 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA



Foto: Odair Leal

- Recuperação do prédio que abriga os programas e o SE-GEO, com troca de piso, reforço da estrutura, pintura, mobiliário e reorganização interna.
- Construção de um banheiro na Casa dos Consultores.
- Reforma de um alojamento coletivo.
- Melhoramento dos alojamentos com renovação do telhado, aquisição de camas, colchões e instalação de novas prateleiras e ventiladores.
- Reorganização do espaço físico e abertura do Centro de Documentação e Pesquisa Indígena.
- Instalação de dois pontos de internet de fibra óptica.

IMPACTOS

- Melhoria das instalações e acomodações para a realização das atividades e locação que contribui com a sustentabilidade do Centro de Formação dos Povos da Floresta.
- Melhoria na qualidade da internet do Centro de Formação dos Povos da Floresta que impacta qualitativamente o trabalho das equipes, a comunicação com os indígenas em suas terras e otimiza o trabalho híbrido.



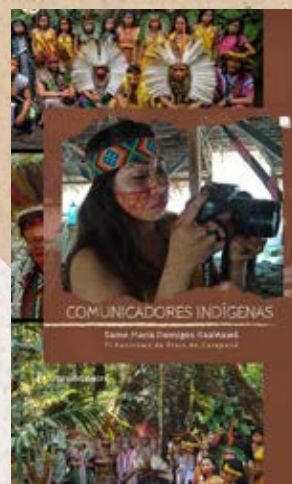
Construção do viveiro de mudas do Centro de Formação dos Povos da Floresta. Foto: Valéria Santana/CPI-Acre

COMUNICAÇÃO



A Comunicação integra as equipes e colaboradores da CPI-Acre, além dos parceiros nas terras indígenas, produzindo e publicando conteúdos diversos, no dever de informar e fazer chegar nas aldeias – e também nos municípios do interior do Acre- informações de boa-fé, notícias e mídias sobre temas diversos que contribuam com o bem viver, a proteção dos territórios, a saúde, a educação etc.

O acesso à informação é um direito que se viabiliza em muito pelos diferentes meios e formas de comunicação. O combate à disseminação de notícias falsas também protege e consolida a democracia. Para isso, uma das ações prioritárias é dar continuidade à formação de jovens comunicadores indígenas, homens e mulheres, para atuarem na defesa das pautas que fortaleçam as culturas, as línguas dos povos indígenas e no combate a fake news.



NÚMEROS



PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

16

Matérias no
site da CPI-Acre

173

Posts nas redes
sociais Instagram
e Facebook

04

Vídeos publicados no
Youtube: Povos Tradicionais
em defesa do Clima e Série
Tecendo Memórias



NOTAS E CARTAS

13

Manifestações
públicas



PODCAST

11

Podcasts da
série Hora da
Floresta

08

Podcast Atenção,
Txai!

01

Podcast Diálogos
da Fronteira



FORMAÇÃO DE JOVENS COMUNICADORES INDÍGENAS

09

Jovens
comunicadores
indígenas em
formação

02

Oficinas de
Comunicação

01

Intercâmbio



INSERÇÕES NA IMPRENSA

35

Inserções da CPI-Acre
em veículos da imprensa
on-line e na TV

Jovens comunicadores indígenas
no laboratório da UFAC.
Foto: Valéria Santana

IMPACTOS

- Combate a desinformação durante as eleições em 2022. Podcasts e envio de informações oficiais do TRE, às comunidades via mensagens de whatsapp e programa de rádio.
- Nas redes sociais, superação da marca de 10 mil pessoas engajadas em uma única publicação.
- Ampliação da rede de colaboradores, participação de bate-papo on-line sobre Acesso à Informação e Direitos Indígenas, da organização Fique Sabendo.
- Na imprensa nacional e internacional, veiculações com artigos, entrevistas, divulgação de notas e conteúdos sobre os povos indígenas do Acre, produzidos pelo Setor de Comunicação da CPI-Acre.
- Parceria institucional e participação dos jovens comunicadores indígenas na Semana Chico Mendes 2022, organizada pelo Comitê Chico Mendes.
- Realização da formação de comunicadores indígenas em parceria com o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), com o objetivo de fortalecer a luta indígena, tendo como foco o público das lideranças jovens.

Comunicadores indígenas na Semana Chico Mendes 2022. Foto: Acervo CPI-Acre



PROTEÇÃO TERRITORIAL



Mulheres manxineru participando do curso de brigadistas indígenas na Aldeia Jatobá, julho de 2022. Foto: José Frank/CPI-Acre

A Proteção Territorial se dá no âmbito dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIIs, tendo como objetivo a reflexão e a ação em vigilância comunitária, monitoramento e a incidência política para combater as ameaças e invasões em territórios indígenas, potencialmente vulnerabilizados por diferentes fatores, entre os quais estão: aproximação com cidades, entorno de fazendas, assentamentos, projetos de infraestrutura e etc., agravados pela baixa capacidade fiscalização do poder público, ou mesmo falta de interesse. O monitoramento dos indígenas em isolamento voluntário também é foco desta linha de ação, que é transversal aos programas e setores da CPI-Acre.



Depoimento

”

“O Monitoramento a gente trabalha em vários sentidos. A palavra comum que a gente usa no monitoramento é cuidar, pasturar, é verificar. Então com tudo isso, é um cuidado que a gente tem desde o início do trabalho. Tem o monitoramento dos isolados, tem o monitoramento da agricultura, da floresta, o que tá acontecendo na nossa terra. A gente faz esse trabalho em conjunto, com plano, para que todos já conheçam, então aqui somos focados em cinco aldeias. Essas cinco aldeias já fizeram parte, Vigilante, Boa Sorte, Boa Vista e Novo Futuro, cada um já fez a parte do seu trabalho. Então para mim não é uma coisa nova, para mim é ver vocês falando, vê vocês sonhando o futuro do monitoramento.

Para que todo mundo conheça, até as mulheres agora estão se inserindo no trabalho do monitoramento. Muitas pessoas me perguntam, tem alguma mulher no monitoramento? Estão entendendo o que é o monitoramento? Os jovens que estão sentados aqui, o que é o monitoramento? Para nós, não é uma coisa nova, é relembrar o que estamos fazendo. Monitoramento é uma palavra científica do ‘nawa’ (‘branco’) (...). A gente realiza o monitoramento com cuidado, com atenção, com experiência. Antes era eu, e agora somo nós. Está mudando na questão dessas articulações todas, vocês viram aí, fiscalização é uma coisa, monitoramento é uma coisa, expedição outra coisa. O nosso foco maior agora na discussão é o nosso plano de gestão, nosso projeto. E a terra de forma nenhuma está crescendo, tá diminuindo, nós pensamos que temos muita terra, não temos. Então monitoramento é um foco que está aparecendo agora, que estou coordenando dentro do trabalho, não é novo não, é um trabalho antigo (...).

Liderança Jocemir Saboia, TI Kaxinawa do Rio Humaitá.

Equipe de monitoramento Huni Kuĩ da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, realizando registros de invasões e sinais deixados pelos isolados nos igarapés Taraya (Casa de Brinde), Acarau, Ibuya.

Foto: Equipe Huni Kuĩ de Monitoramento



NÚMEROS



REUNIÕES EM TERRAS INDÍGENAS

09

reuniões sobre proteção territorial e monitoramento.



FORMAÇÃO EM MONITORAMENTO

155

indígenas de 7 povos ampliaram conhecimentos quanto ao uso de tecnologias para atividade de monitoramento e vigilância, sendo **11 mulheres (7%)**, e **23 jovens (14,8%)**.



CURSOS DE FORMAÇÃO DE BRIGADAS VOLUNTÁRIAS EM TERRAS INDÍGENAS DO ACRE

03

Cursos de Formação de Brigada Voluntária para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em 2 terras indígenas e 1 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, Acre.

47

indígenas de 4 povos e 4 não indígenas técnicos e participantes do entorno do CFPF ampliaram conhecimentos sobre estratégias de prevenção e combate a incêndios florestais. Sendo **13 mulheres indígenas (27,6%)**, e **15 jovens indígenas (32%)**.



MONITORAMENTO TERRITORIAL

18

expedições de monitoramento em 8 Terras Indígenas foram realizadas.



MAPAS PRODUZIDOS PARA TRABALHOS DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO

12

mapas temáticos de 7 terras indígenas elaborados e distribuídos.



IMPACTOS

- Formação de indígenas com transferência tecnológica ampliando os conhecimentos dos AAFI e monitores para atuação mais eficaz em suas estratégias de monitoramento e proteção de suas terras indígenas.
- Melhor qualidade dos registros realizados para fins de documentação e incidência para proteção territorial das TI.
- Melhor organização das equipes indígenas para as atividades de monitoramento territorial.
- Monitores indígenas tornam-se multiplicadores de suas experiências de monitoramento e utilização das tecnologias digitais para registro e gestão de informações.

Professor e liderança Fernandes Henrique da Aldeia Nova Vida, TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu, apresentando diagnóstico do território durante o curso de Proteção Territorial com tecnologias digitais no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em dezembro. Foto: José Frank/CPI-Acre



FORMAÇÃO DOS AAFIS



Turma do XXVII Curso de Formação de AAFIs no CFPP. Foto: CPI-Acre

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) refere-se às ações pedagógicas realizadas pela CPI-Acre de forma presencial e à distância, incluindo os cursos intensivos no Centro de Formação dos Povos da Floresta, oficinas de gestão territorial e ambiental, viagens de assessoria e intercâmbios nas Terras Indígenas. A formação dos AAFIs baseia-se em Proposta Político-Pedagógica Curricular, reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação como formação em nível médio, técnico e profissionalizante.

NÚMEROS



CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS

04

Cursos realizados no CFPF - XXVII, XXVIII, XXIX e XXX.

60

AAFI's em formação.

02

Sistemas de captação de água da chuva construídos.

01

Sistemas de captação de água da chuva construídos.



OFICINA DE MULHERES INDÍGENAS E SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DE FRONTEIRA

02

Oficinas - TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu e TI Jaminawa/Arara do Rio Bagé.



VIAGEM DE APOIO

02

Viagens às TI Nukini e TI Alto Rio Purus, incluindo reuniões específicas com mulheres.

02

Viagens à TI Arara do Igarapé Humaitá, (Francisca Arara) para discussões sobre Clima e pactuação de ações em segurança alimentar.

03

Encontros comunitários sobre Clima na TI Kaxinawa do Rio Jordão (Josias Pereira Mana).

03

Atividades de implementação da criação de aves (entrega de materiais e plantéis para galinheiros) na TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu (Fernandes Henrique Pama Kaxinawa); TI Katukina/Kaxinawa (Antonio Barbosa Mashã) e TI Kaxinawa Rio Jordão (Rocildo Barbosa Txanu).

01

Viagem de assessoria à TI Kaxinawa da Praia do Carapanã e TI Kampa do Igarapé Primavera para construção de 9 sistemas de captação de água da chuva e reforma de 3 cacimbas (Yäka Amiraldo Sereno Kaxinawa).

01

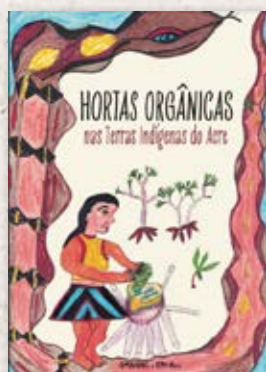
Viagem de assessoria às aldeias shanenawa da TI Katukina/Kaxinawa.



PUBLICAÇÕES

01

Livro Hortas Orgânicas nas Terras Indígenas do Acre.



PGTAS

01

Atualização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kampa do Rio Amônia.



IMPACTOS

- Participação de 60 AAFIs em 4 cursos presenciais de formação no Centro de Formação dos Povos da Floresta, impulsionando a formação após 2 anos sem realizar cursos devido a pandemia do Covid-19.
- Desencadeamento de uma nova linha de ação institucional com a realização de atividades realizadas exclusivamente com mulheres, particularmente oficinas e reuniões comunitárias.

Intercâmbio sobre criação de quelônios no XXVIII Formação de AAFIs. Foto: Edilaine Marques/CPI-Acre



SEGURANÇA ALIMENTAR



Horta na Aldeia Novo
Recreio, TI Alto Rio Purus.
Foto: CPI-Acre

A segurança alimentar é uma área com atividades direcionadas a apoiar o aumento contínuo da diversidade e quantidade de alimentos localmente produzidos pelas comunidades indígenas, baseado em conhecimentos indígenas na interface com outros conhecimentos e nos princípios da agroecologia.

Depoimento

”

“A minha pesquisa é sobre as frutas nativas da mata. É que nós estudamos muito os plantios nos cursos de formação.

Então pensei em não deixar que as frutas nativas deixem de existir no conhecimento da comunidade. As frutas que eu pesquisei elas servem para alimento, servem para a caça, servem para medicina.

Tem outras serventias que não pesquisei ainda... Mas se uma caça come as frutas, a caça fica gorda e quando caçamos temos carne boa para alimentar, porque caça magra a pessoa [caçador] fica é desanimada. Então quero mostrar que essas frutas não podem se perder. E também se plantamos perto de casa, a caça chega pertinho e isso ajuda as famílias que não gastam muito tempo procurando caça longe...”

AAFI Pedro Pupuã Nukini

Criação de aves na TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu.
Foto: CPI-Acre



NÚMEROS



REUNIÕES COMUNITÁRIAS

23

Reuniões comunitárias apoiadas pela CPI-Acre, em temas relativos à gestão territorial e ambiental, fortalecimento de organizações indígenas, segurança alimentar, proteção territorial: TI Jaminawa-Arara do Rio Bagé (8); Rio Jordão, Baixo Jordão e Seringal Independência (3); Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu (2); Katukina/Kaxinawa (2); Praia do Carapanã (4); Kampa do Igarapé Primavera (2); Arara do Igarapé Humaitá (2).



CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA E CACIMBAS

09

Sistemas de captação de água da chuva construídos.

03

Cacimbas reformadas nas TIs Kaxinawá da Praia do Carapanã e Kampa do Igarapé Primavera.



FORTALECIMENTO DA PROTEÍNA ANIMAL

130

Galinheiros construídos em aldeias da Resex Alto Juruá, TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu (16), da TI Katukina/Kaxinawa (34), das TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência (70), TI Jaminawa-Arara do Rio Bagé (8) e TI Apolima-Arara do Rio Amônia (2).

47

Galinhas caipiras vivas foram entregues para fortalecimento dos galinheiros construídos nas aldeias da TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu (96), da TI Katukina/Kaxinawa (138) e das TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência (408), TI Kaxinawa do Rio Humaitá (60) e TI Kaxinawa da Praia do Carapanã (12) e Resex Alto Juruá.

01

Barragem manual para criação de peixes construída na TI Arara do Igarapé Humaitá.



Crianças na TI Rio Humaitá.
Foto: Jocemir Ame

NÚMEROS



DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

08

Variedades de sementes de hortaliças para as **16 aldeias**.

2.000

Mudas de café para a aldeia Alves Rodrigues-TI Mamoadate e **kit de ferramentas** para outras 3 aldeias da TI Mamoadate.

1.230

Mudas de coco da praia distribuídas para **8 TIs** (Nova Olinda, Katukina/Kaxinawa, Curralinho-Kaxinawa do Rio Humaitá; Colônia 27; Campinas; Nawa e Nukini).

60

Sementes de coco produzida pelo AAFI João Sabino Moisés distribuídas para **12 aldeias** da TI Rio Jordão.

1.000

Mudas de açaí feitas pelo AAFI Milton Nawa, TI Nawa, entregue para o AAFI Pedro Pupuã da TI Nukini).

02

Intercâmbios de sementes nas TIs Alto Rio Purus e Nova Olinda.



INFRAESTRUTURA

08

Barcos de alumínio com motor entregues às aldeias em apoio às atividades de proteção territorial e segurança alimentar de 7 TIs (Praia do Carapanã; Rio Jordão; Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, Kaxinawá do Rio Humaitá; Arara do Igarapé Humaitá; Kaxinawá/Ashe-ninka do Rio Breu.

Produção de rapadura na TI Nukini.
Foto: CPI-Acre



IMPACTOS

- Aumento de 50 % no número de galinheiros construídos (de 221 para 349) em 2022 em relação a 2020/2021.
- Desenvolvimento / ampliação de ações respondendo a demandas das comunidades nos territórios: construção de açude; intercâmbio de sementes; mudas de coco da praia; galinheiros e barcos.
- Ampliação de sistemas de captação de água da chuva construídos no CFPF (de 1 para 3) e nas Terras Indígenas (de 8 para 17 sistemas).
- Restabelecimento de articulação e parcerias técnicas em segurança alimentar com AAFI e comunidades das TIs Mamoadate, Nawa, Nukini, Jaminawa-Arara do Rio Bagé e Apolima-Arara do Rio Amônia.



Horta das mulheres na TI Alto Rio Purus. Foto: CPI-Acre

GESTÃO INTEGRADA



Monitores indígenas do Alto Purús e autoridades indígenas do Peru. Foto: Marcos Lima Kaxinawa.

A Gestão integrada busca o fortalecimento das parcerias entre povos indígenas e comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas (Resex), no sentido de apoiar a integração de estratégias de gestão e proteção territorial e ambiental dessas áreas contíguas, incremento da qualidade de vida e combate ao desmatamento. Inclui também articulação e formação entre essas populações das TI e UC e instituições públicas afetas.

NÚMEROS



APOIO AOS NÚCLEOS TERRITORIAIS

02

Núcleos territoriais receberam apoio para reuniões comunitárias com iniciativas de gestão integrada em **6 TI e 2 UC**.

01

Encontro de planejamento e articulação entre TIs no Alto Juruá, Resex Alto Juruá e município de Marechal Thaumaturgo.

Reunião entre representantes da TI Jaminawa Arara do Rio Bajé e comunidades da Reserva Extrativista Alto Juruá. Foto: Raimundo Nonato da Silva



DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

09

Terras indígenas com diagnóstico socioambiental e base de dados para subsidiar avaliação dos resultados do Projeto Aliança e dar uma visão abrangente do território, apontando aspectos relevantes que devem ser considerados na gestão integrada.



ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

18

organizações envolvidas em articulação interinstitucional para desenvolver uma gestão integrada, sendo 5 de comunidades tradicionais, 8 indígenas, 2 governamentais, 02 da sociedade civil do Brasil e 03 do Peru.

01

Encontro Binacional Transfronteiriço e primeira mesa de trabalho da Comissão Transfronteiriça Juruá/Yurua – Alto Tamaya, com apoio e participação no Encontro e acompanhamento das articulações dessa Comissão.



INTERCÂMBIO BINACIONAL

03

intercâmbios binacionais de gestão ambiental e territorial na fronteira Brasil – Peru com apoio para realização e participação.



FORMAÇÃO

01

Oficina de gestão ambiental e práticas produtivas sustentáveis.



GÊNERO

02

Oficinas para mulheres indígenas sobre segurança alimentar, gestão ambiental e territorial em área de fronteira.

03

TIs com mulheres fortalecidas para discutir em suas aldeias sobre segurança alimentar, gestão ambiental e territorial em área de fronteira.

IMPACTOS

- Troca de informações sobre a situação das comunidades na fronteira e alinhamento de estratégias de proteção territorial e defesa dos direitos das comunidades indígenas que vivem na região de fronteira do Alto Juruá – Ucayalli.
- Organizações indígenas participando de articulações binacionais para troca de informações e estratégias conjuntas de gestão e proteção dos territórios.
- Base de dados organizada de nove terras indígenas com informações sobre educação, saúde, cultura, infraestrutura, gestão territorial, gestão ambiental, produção, gênero e comunicação para contribuir com o monitoramento das ações no território abrangido pelo Projeto Aliança e apontando aspectos relevantes que devem ser considerados na gestão integrada.
- Maior envolvimento e empoderamento das mulheres indígenas das TIs do Alto Juruá nas discussões sobre segurança alimentar, uso e conservação de recursos naturais, produção tradicional e dinâmicas de fronteira.
- Compartilhamento de experiências de fortalecimento da segurança alimentar e da proteção territorial entre comunidades fronteiriças da TI Alto Purus do Brasil, da Reserva Comunal Purus e Parque Nacional do Purus do Peru.
- Ampliação do diálogo e articulação entre comunidades e organizações indígenas na fronteira Acre – Madre de Dios.
- Ação de proteção aos povos em isolamento voluntário fortalecida, com apoio às articulações entre comunidades, organizações indígenas e não indígenas do Acre (Brasil) e Ucayali (Peru), com compartilhamento de experiências sobre estratégias e acordos comunitários para a proteção de povos em isolamento voluntário.





Mulheres Indígenas da região de fronteira do
Alto Purus. Foto: Paula Lima Romualdo

INCIDÊNCIA POLÍTICA



Participantes da Oficina de elaboração do Protocolo de Consulta Puyanawa. Foto: Gleyson Teixeira

Tem o propósito de contribuir com o fortalecimento da ação política de lideranças, coletivos e organizações indígenas voltada para a participação social no debate, formulação, monitoramento e avaliação de algumas políticas públicas para os povos indígenas e da agenda socioambiental.

NÚMEROS



ARTICULAÇÃO PARA DEFESA DE DIREITOS INDÍGENAS

01



Reunião com o vice-presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (Cindra) para incidir no processo de tramitação do PL 6024.

07



Associações e organizações indígenas informadas e envolvidas em articulação para incidência política e defesa de direitos frente às ameaças, por meio de reuniões virtuais, uso de redes sociais de comunicação e encontros presenciais.

03

Deputados estaduais e assessores parlamentar envolvidos nas articulações para apoiar o movimento indígena na defesa de seus direitos e em suas propostas.

32



Indígenas apoiados para participarem do Acampamento Terra Livre em Brasília, compondo a delegação do Acre.

02



Eventos de articulação do movimento indígena no Acre apoiados.



ARTICULAÇÃO PARA PROTEÇÃO DE POVOS EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

01



Reunião com o Defensor Nacional de Direitos Humanos e representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para buscar auxílio jurídico para garantir a proteção dos povos em isolamento voluntário e dos povos Manxineru e Jaminawa - TI Mamoadate, que vivem sob risco de iminente contato.

03

Organizações (FENAMAD, COIAB, OPI, FUNAI) envolvidas em articulações e estratégias para proteção dos isolados na TI Mamoadate.



ACOMPANHAMENTO DE RECURSOS PRO- CESSUAIS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

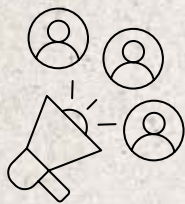
01



Litígio judicial gerado por proposição de Ação Civil Pública questionando inconsistências legais do processo de licenciamento ambiental e do edital de licitação para contratação de empresa para elaboração de projeto executivo de engenharia para construção de estrada entre Cruzeiro do Sul e Boqueirão da Esperança, na fronteira com o Peru.



NÚMEROS



MOBILIZAÇÃO E ASSESSORIA

01

Ação de representação junto ao MPF ingressada por **6 organizações indígenas e lideranças de 5 povos**, solicitando providências quanto ao Ofício Circular nº 18/2021/CGMT/DPT/Funai, em apoio à mobilização nacional.

01

Encontro realizado na Terra Indígena Nukini com a participação de **34 lideranças** dos Povos Nukini, Nawa, Apolima Arara, Huni Kuĩ, Noke Ko'i, Shawandawa e Kuntanawa sobre a Estrada Cruzeiro do Sul – Pucallpa.

01

Viagem à TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu com reuniões e visitas às aldeias Huni Kuĩ e Ashaninka da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu e Reserva Extrativista Alto Juruá para tratar de temas relacionados à fronteira e ameaças.



PRODUÇÃO DE DOCUMENTO TÉCNICO

01

Documento técnico produzido a respeito das medidas governamentais, judiciais e de articulação comunitária e interinstitucional relacionadas à proposta de construção da estrada entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa.



PRODUÇÃO DE DOCUMENTO CONJUNTO DE LIDERANÇAS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

01

Documento público produzido e divulgado como resultado da articulação entre lideranças indígenas a respeito da proposta de construção das estradas na fronteira Acre – Ucayalli, ao PL 490/ 2007 e ao PL 6024/2019.



PROTOCOLO DE CONSULTA

02

Oficinas realizadas na TI Poyanawa para elaboração do Protocolo de Consulta do Povo Puyanawa.

01

Protocolo de Consulta do Povo Puyanawa publicado.



PROTOCOLO DE CONSULTA DO POVO PUYANAWA

IMPACTOS

- Organizações e lideranças indígenas do Alto Juruá informadas e com posicionamento público frente às ameaças a seus territórios e direitos.
- Sociedade regional, lideranças indígenas e extrativistas com maior conhecimento sobre os possíveis impactos do projeto de construção da estrada Cruzeiro do Sul - Pucallpa, por meio da produção e divulgação de informações sobre o mesmo, e sobre a importância e riqueza da região do Alto Juruá.
- O PL 6024 não foi levado à votação, como parte da estratégia de incidência.
- Processo instaurado pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos – DNDH/ Defensoria Pública da União – DPU recomendando medidas administrativas e para articular soluções junto a FUNAI para a problemática do risco de iminente contato entre povo indígena isolado e os Manxineru e Jaminawa da TI Mamoadate.
- Fortalecimento político das organizações indígenas como resultado das articulações, intervenções, monitoramento, difusão de informações e pressão sobre os projetos e iniciativas que impactam os direitos sociais e territoriais dos povos indígenas.
- Fortalecimento da iniciativa de autodemarcação da TI Nawa.
- O povo Puyanawa com um Protocolo elaborado como instrumento de orientação para proteção e garantia de seus direitos.



Apresentação das pressões e ameaças à região do alto Juruá, no encontro de Lideranças Indígenas do Alto Juruá, na TI Nukini. Foto: Ana Clara Venâncio

FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS



Oficina de pesquisa
sobre o Kene realizada
na TI Baixo Jordão.
Foto: Gleyson Teixeira

As ações de fortalecimento das organizações indígenas estão focadas na ampliação de conhecimentos para a gestão institucional, sustentabilidade das associações através de aportes financeiros e assessoria técnica para a gestão financeira, organizacional e política das associações, bem como apoio para a realização de assembleias, encontros, reuniões e intercâmbios.

NÚMEROS



PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES



DIAGNÓSTICO E BANCO DE DADOS



PARCERIAS INDÍGENAS



REGULARIZAÇÃO E MANUTENÇÃO INSTITUCIONAL



DESENVOLVIMENTO DE INTERCÂMBIOS, PLANOS E AGENDAS LOCAIS



FORTELECIMENTO CULTURAL/ PATRIMONIALIZAÇÃO DO KENE

03

Levantamento atualizado sobre a situação cadastral e certidões de **64 associações e 03 cooperativas indígenas**, a partir de pesquisa junto à Receita Federal e a Secretaria da Fazenda do Estado do Acre.

168

Entrevistados (**52% homens e 48% mulheres**) no diagnóstico socioambiental, e dentre as questões abordadas algumas foram relativas à participação dos entrevistados em associações indígenas.

09

Organizações indígenas em parceria com a CPI-Acre, ampliando ações conjuntas nas terras indígenas (programáticas) e/ou de apoio, assessoria às próprias organizações (institucionais). As organizações foram: OPIAC, AMAAIAC, FEPHAC, AKARIB, APROKAP, Arara do Rio Amônia, MAPPHA, OPIHARP e AAPBI.

04

Associações receberam assessoria e apoio financeiro para o atendimento às exigências legais (ex. criação, registro em cartório, contabilidade etc.). Sendo elas: MAPPHA (MANXĪNERUNE PTOHI PHUNPUTURU POKTSHI HAJENE), AMAAIAC, OPIAC e a Associação Arara do Rio Amônia.

05

Associações foram apoiadas para que realizassem eventos comunitários aliando a implementação e consolidação de estratégias de proteção territorial, conservação da biodiversidade e fortalecimento organizacional. Sendo elas: AKARIB, OPIHARP, Associação Arara do Rio Amônia e APROKAP.

01

Associação, a FEPHAC, apoiada em iniciativa de fortalecimento cultural, visando transformar os kene kuĩ (grafismos do povo Huni Kuĩ) em Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial.

IMPACTOS

- Novas associações criadas, ampliando esforços anteriores para agendas que envolvem dinâmicas e articulação transfronteiriça, gestão territorial e proteção de povos indígenas em isolamento voluntário.
- Associações indígenas fortalecidas e envolvidas em iniciativas de segurança/soberania alimentar, proteção territorial e valorização cultural.
- Associações indígenas funcionando como agregando as discussões das comunidades sobre os PGTAs.
- Estratégias e alternativas de soluções sendo propostas para várias pressões e ameaças sobre os territórios e modos de vida dos povos indígenas.
- Estratégias de incidência das associações indígenas definidas sendo manifestadas em diferentes níveis de influência sobre a formulação de políticas públicas e garantia de direitos.

Oficina de pesquisa
sobre o Kene realizada
na TI Baixo Jordã. Fotos:
Gleyson Teixeira





1ª Encontro sobre Políticas de
Clima, Participação Social e
Salvaguardas Ambientais do Acre .
Foto: Valéria Santana

Diante da situação de emergência climática e seus impactos, as ações da “estratégia clima” na CPI-Acre concentram-se em promover e apoiar a participação e a formação indígena em espaços de governança de políticas, programas e projetos de clima. Nestes espaços se discute pautas como monitoramento do desmatamento, eventos extremos, REDD+, salvaguardas socioambientais, financiamentos climáticos, compromissos dos governos para clima, direito de consulta e mercado de carbono. A participação social e o cumprimento das salvaguardas são focos da nossa atuação institucional, valorizando sempre a grande contribuição dos povos indígenas e suas florestas para o equilíbrio do clima. O SISA – Câmara Temática Indígena, o Comitê Regional do CGF Task Force foram os principais espaços de atuação em 2022.

NÚMEROS

ENCONTROS
FORMATIVOS

02

Encontros realizados sobre políticas de clima, participação social e salvaguardas socioambientais do Acre



REUNIÕES

50 indígenas e 06 extrativistas

Ampliaram conhecimentos sobre as políticas de clima.

02

Reuniões da Câmara Temática Indígena com participação da CPI-Acre como membro consultivo.

02

Reuniões com representantes do KfW Alemanha sobre a governança e o monitoramento do Programa REM – Governo do Acre.

01

Reunião comunitária para discutir sobre as mudanças climáticas na TI Arara do Igarapé Humaitá.

POSICIONAMENTOS/
MANIFESTAÇÃO
PÚBLICA

02

Cartas produzidas e enviadas aos governadores da Força Tarefa do GCF, assinada por um coletivo de organizações indígenas e sociedade civil do Acre manifestando a urgência de uma força tarefa para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e que respeite o direito à consulta e participação efetiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

02

Carta enviada à Emergent/ Coalizão LEAF, assinada pelos membros da Câmara Temática Indígena, declarando preocupação sobre a Manifestação de Interesse enviada pelo Governo do Estado do Acre, sem a necessária apresentação e discussão junto às instâncias de governança do SISA.

PRODUÇÃO
AUDIOVISUAL

01

Vídeo lançado - Povos Indígenas e Tradicionais em defesa do clima - que trata da importância da participação indígena e governança em políticas de clima.





IMPACTOS

- Lideranças e organizações indígenas informadas e fortalecidas monitorando as políticas de clima no Estado do Acre, com efetiva participação indígena na governança do Sistema Estadual de Incentivos à Serviços Ambientais (SISA) do Acre.
- Lideranças indígenas, comunidades tradicionais e organizações locais compartilhando informações e construindo estratégias para incidência em políticas de clima, clamando condições para assegurar a participação social e cumprimento das salvaguardas socioambientais do Acre.
- Governo do Acre condicionado pela Emergent/ Coalizão LEAF a garantir a participação indígena e dar transparência nas políticas de clima e programas de governo, para seguir negociando fundos da Coalizão LEAF e a assinar a carta de intenções com a Emergent.
- Reativação da Câmara Temática Indígena, com nova composição incluindo organizações indígenas das cinco regionais do Acre, CPI-Acre e instituições como Funai que trabalham FUNAI e SEMAPI como membros consultivo.

2ª Encontro sobre Políticas de Clima, Participação Social e Salvaguardas Ambientais do Acre. Foto: Valéria Santana

Lideranças indígenas e membros da CTI protestam na Casa Civil do Governo do Acre. Foto: Leilane Marinho



COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenadora Executiva
Vera Olinda Sena de Paiva

Gerente Administrativa Financeira
Eudenice Pinheiro Ferreira

Assessora Administrativa
Maria de Fátima F. da Silva

Assessora Financeira
Maria Auxiliadora da Silva Coutinho

Assistente Administrativa Financeira
Nelcilene Costa

COMUNICAÇÃO

Assessora de Comunicação
Leilane Marinho

Assistente de Comunicação
Valéria Santana

PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Coordenadora
Julieta Matos Freschi

Assessoras Técnicas
Edilaine Marques, Kelceane Azevedo e Jamila Farias

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS FLORESTA

Técnicos Agroflorestais
José Paulo Belo, Gabriel Leite

Assistentes
Djalma Rocha e Thais Freire Gomes

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ARTICULAÇÃO REGIONAL

Coordenadora
Ana Luiza Melgaço Ramalho

Assessores/as Técnicas
Maria Luiza Pinedo Ochôa, Gleyson Teixeira e Danielli Jatobá

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Coordenadora
Branca Maria Opazo Medina

Assessores/as Técnicas
José Frank de Melo Silva, Ana Clara Venâncio, Jimmy Vasquez e Davi Polari

CONSULTORES INDÍGENAS

Lucas Artur Brasil Potho Manchineri, Joseima da Silva Napoleão Manchineri - TI Mamoadate
Raimundo Nonato da Silva Achoá Shawadawa e Narciso Siqueira - TI Jaminawa Arara do Rio Bajé
Jocemir Saboia Tuí Kaxinawa e Edvaldo Mateus Kaxinawa - TI Kaxinawa do Rio Humaitá
Raimundo Ferreira Yubê Kaxinawa - TI Kaxinawa Igarapé do Caucho
Ismael Brandão Siã Shanenawa e Antônio Barbosa Mashã Kaxinawa - TI Katukina/Kaxinawa
Fernandes Henrique Pama Kaxinawa - TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu
Yãki Amiraldo Sereno Kaxinawa - TI Kaxinawa da Praia do Carapanã / TI Kampa do Igarapé Primavera
Lucas Sales Bane Kaxinawa - TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência
Josias Pereira Mana Kaxinawa - TI Kaxinawa do Rio Jordão - TI Rio Jordao
Rocildo Barbosa Txana Inu Kaxinawa - TI Kaxinawa do Rio Jordão - TI Rio Jordão
Jorge Domingos Naxima Kaxinawa e Pedro Melo Rubinho Kaxinawa - TI Alto Rio Purus
Antônio José Dantas de Lima - TI Arara do Igarapé Humaitá

CONSELHO DIRETOR

Presidente
Ingrid Weber

Vice-Presidente
Joaquim Paulo de Lima Mana Kaxinawaa

Terri Vale de Aquino
Marcos Almeida de Matos
Renato Antonio Gavazzi

CONSELHO FISCAL

Mara Vanessa Fonseca Dutra
Nedina Yawanawa
Maria Emília Coelho

ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS PARCEIRAS

AMAAIAC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

OPIAC - Organização dos Professores Indígenas do Acre

OPIHARP - Organização dos Povos Indígenas Huni Kuĩ do Alto Rio Purus

AKARIB - Associação dos Kaxinawa do Rio Breu

APROKAP - Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroá

ASKPA- Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawa do Rio Carapanã

APACH - Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho

OPIRJ- Organização dos Povos Indígenas do Juruá Coletivo Nawa

AAPBI- Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga

PUSHUÃ - Cooperativa Popular Shawãdawa de Igarapé Humaitá

ASPIRH - Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá

SITOAKORE -Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul da Amazônia e Noroeste de Rondônia

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Comitê Chico Mendes, SOS Amazônia, Instituto Catitu, Curso de Jornalismo -Universidade Federal do Acre (UFAC); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Universidade de Richmond; Fundo Mundial da Natureza (WWF-Brasil e WWF-Alemanha); Batalhão de Policiamento Ambiental do Acre; Associação das Comunidades Indígenas para o Desenvolvimento Integral de Yurúa Yono Sharakoiai (ACONADIYSH); Federación Nativa de Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) ; Asociación Ambiental de la Comunidad Asheninka Pocharipankoky Pikiyaco - Yurua (AACAPPY).

EXPEDIENTE

Redação

Ana Luiza Melgaço, Branca Medina, Gleyson Teixeira, Julieta Matos Freschi, Leilane Marinho, Maria de Fátima F. da Silva e Vera Olinda Sena de Paiva.

Edição

Vera Olinda, Leilane Marinho
Isabel Panteani Aquino

Arte e diagramação

Selene Fortini | Lumina

Quem apoia nosso trabalho

